

LAZARO ESTEVES DOS SANTOS

À influencia do alinhamento
dos preços relativos na
implementação de planos
heterodoxos

Salvador - 1994

LAZARO ESTEVES DOS SANTOS

**A INFLUENCIA DO ALINHAMENTO
DOS PREÇOS RELATIVOS NA
IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS
HETERODOXOS**

**MONOGRAFIA APRESENTADA COMO
PRE-REQUISITO PARA A COLAÇÃO
DE GRAU EM BACHAREL DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA, SOB ORIENTAÇÃO DO
PROFESSOR ANTONIO HENRIQUE P. SILVEIRA**

SALVADOR - 1994

SUMARIO

1 - INTRODUÇÃO.....	04
2 - INFLAÇÃO INERCIAL E ABORDAGEM HETERODOXA.....	05
2.1 - Conceito Inercialista.....	05
2.1.1 - Modelo de Luis C. Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano.....	06
2.1.2 - Modelo de Antônio Kandir.....	09
2.1.3 - A indexação salarial.....	13
2.2 - Abordagem Heterodoxa.....	15
2.2.1 - Moeda Indexada.....	16
3 - PREÇOS RELATIVOS.....	18
3.1 - Incoerência no aumento dos preços relativos.....	19
3.1.1 - Correlação entre inflação e dispersão nos preços relativos.....	20
3.2 - Realinhamento nos preços relativos.....	23
3.2.1- Preços e Congelamento.....	23
3.3 - Possíveis medidas de alinhamento.....	25
3.3.1 - O controle de preços como med. de alinhamento.....	25
3.3.2 - A divulgação sistemática dos preços como medida de alinhamento.....	27
4 - O PLANO CRUZADO.....	28
4.1 - Composição teórica.....	29
4.2 - Efêmero alinhamento nos preços.....	31
4.3 - Descontrole econômico.....	32
4.4 - O Caso Argentino e Israelense.....	34
5 - CONCLUSÃO.....	38
6 - TABELAS E GRAFICOS.....	41
7 - BIBLIOGRAFIAS.....	44

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo uma retrospectiva da experiência de estabilização realizada no Brasil a partir de março de 1986, com base no "Plano Heterodóxo", denominado de Plano Cruzado, em que é dado maior ênfase na incompatibilidade entre a implementação do plano e o momentâneo desalinhamento nos preços relativos.

O primeiro capítulo discute os aspectos teóricos que levariam as autoridades econômica a adotarem medidas de caráter heterodoxo no combate à inflação. Nessa seção será mostrado o conceito de "inflação inercial", ao qual serão apresentados dois modelos ilustrativos, para melhor entender o mecanismo inercialista da inflação.

O segundo capítulo apresenta uma inquietação na relação dos preços relativos, que viria a desestabilizar a estrutura do plano econômico. Será mostrado a incompatibilidade nos aumentos diferenciados dos preços, que acirrarão o conflito distributivo, impossibilitando o sucesso do plano. Fechando a seção com possíveis medidas de alinhamento.

O terceiro capítulo analisa a implementação do Plano Cruzado, sua composição teórica e seu comportamento econômico diante da inquietação dos agentes econômicos, com ênfase na questão do desalinhamento no preços relativos.

Por fim a conclusão, que tentará mostrar a importância do alinhamento dos preços relativos antecedendo ao plano "heterodoxo".

2. - INFLAÇÃO INERCIAL E ABORDAGEM HETERODOXA

No início da década dos anos 80, o país vivia um período de elevadas taxas de inflação nesse período tem enorme ascensão a corrente ideológica dos chamados neo-estruturalistas, corrente essa que trabalha com uma inflação de caráter inercial. Esse processo inercial tem como causa principal a inflação presente sendo determinada pela inflação passada independentemente das expectativas, e, sim, em função do conflito distributivo, através do qual os agentes econômicos procuram, numa atitude defensiva, manter sua participação relativa na renda. Isto mostra-nos que a tendência da inflação inercial é permanecer constante, ou seja, os preços elevam-se hoje, porque elevaram-se ontem, em que todos correm para ficar no mesmo lugar.

2.1 - Inflação Inercial - Conceito inercialista

A teoria da inflação inercial, ou autônoma, aparece no final dos anos 70, a partir de diversos fracassos de medidas antiinflacionária ortodoxas, em países subdesenvolvidos.

Surge a idéia de que, nos processos inflacionários crônicos, há um componente dominante de inércia, em que, a causa principal da inflação passa a ser a inflação passada, isto é, em virtude do conflito resultante da incompatibilidade distributiva estrutural entre lucros e salários.

Para melhor entender a teoria da inflação inercial serão apresentados dois modelos didáticos e claros.

2.1.1 - Luís C. Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano,¹

Nessa abordagem serão analisados fatores aceleradores e mantenedores da inflação.

* São fatores aceleradores da inflação:

1 - Considerados numa economia fechada:

a) aumento dos salários reais acima do aumento da produtividade;

b) aumento da margem de lucro das empresas;

2 - Considerando numa economia aberta, inclui-se mais dois fatores:

c) desvalorização cambial (queda no poder real da moeda);

d) aumento no custo de bens importados;

3 - Incluindo o Estado, haverá mais um fator acelerador da inflação:

e) aumento generalizado dos impostos indiretos.

Assim utilizando-se da teoria de mark-up de preços, numa economia simplificada temos:

$$p = w - q + m$$

p = variação de preços (inflação)

w = variação na taxa de salário

q = aumento da produtividade

m = variação na margem de lucro

1 - Bresser Pereira, L. C. & Nakano, Y. Inflação e Recessão. 1984

Onde, a variação dos preços, ou taxa de inflação, dependerá da variação da taxa dos salários menos o aumento da produtividade mais a variação da margem de lucro.

É observado neste modelo que a inflação implica sempre em um conflito distributivo. Sua aceleração, em última análise, depende do aumento das margens de lucro dos capitalistas ou dos salários reais dos trabalhadores.

Mas é claro que o conflito distributivo pode ocorrer também intraclasse, especialmente entre as empresas capitalistas, que mantêm entre si relações interindustriais.

O aumento das margens de lucro e/ou dos salários reais acima da produtividade pode ser causado alternativamente ou simultaneamente por quatro fatores: a) excesso generalizado da demanda agregada em relação à oferta, em circunstância de pleno emprego e esgotamento da capacidade ociosa; b) estrangulamentos setoriais na oferta; c) aumentos autônomos de preços ou salários devido ao poder de monopólio das empresas ou dos sindicatos; d) redução na produtividade do trabalho, sem a correspondente redução nos salários.

Introduzindo no modelo o mercado externo, é necessário observar a variação nos preços das matérias-primas importadas em moeda nacional, que pode decorrer de um aumento de seus preços em divisas estrangeiras (inflação importada), v , e/ou de uma variação na taxa de câmbio acima da taxa de câmbio de paridade, e , da variação da quantidade de matéria-prima por unidade produzida, x .

Temos:

$$p = \alpha (w-q) + (1-\alpha) (v+e+x) + m$$

α = participação no custo total dos salários

$1-\alpha$ = participação de matéria-prima importada.

Tanto no aumento do preço das matérias-primas importadas, quanto a desvalorização real da moeda nacional serão também fatores acelerados da inflação.

* São fatores mantenedores da inflação.

Tendo a inflação originando-se por qualquer um desses fatores acelerados destaca-se a presença de mercadorias nas economias modernas que propiciam a sua manutenção num patamar relativamente estável.

Temos como fatores mantenedores da inflação:

- 1 - O conflito distributivo;
- 2 - A indexação formal e informal.

Para Bresser e Nakano o fator principal mantenedor da inflação é o conflito distributivo. O patamar inflacionário será mantido tendo em vista que os agentes econômicos relativamente satisfeitos com sua participação na renda, adotem uma posição defensiva, procurando mantê-la.

Já o processo de indexação, contribui para manter o patamar da inflação, na medida em que não acelera, mas simplesmente mantém as margens de lucro e salário real.

2.1.2 Antonio Kandir ²

Ele faz uma análise da corrente neo-estruturalista, no qual constata que "a análise econômica não deve ser feita apenas através de suas relações macroeconômicas gerais, mas também tomando em consideração as especificidades e as relações entre os diversos setores e classes de uma particular estrutura econômica". (Kandir, pag. 65). Dentro dessa estrutura está inserido o conflito distributivo, em que, o processo inflacionário é resultante desse conflito.

Temos:

$$W_r = W / (a \cdot P_e + b \cdot P_i)$$

Onde:

W_r = Salário real;

W = Salário nominal;

P_e = Nível de preços flex;

P_i = Nível de preços fix;

a = participação dos produtos c/ preços flex na cesta de consumo do trabalhador;

b = participação dos produtos c/ preços fix na cesta de consumo do trabalhador;

Se ocorre aumento nos preços flex (P_e), haverá redução do salário real, que será combatido pelo trabalhador. Já que os

2 - Kandir, Antonio. A Dinâmica da Inflação Uma análise das Relações entre Inflação Fragilidade financeira do Setor Público - Expectativas e Margens de Lucro - São Paulo: Nobel

trabalhadores tem como objetivo mínimo não permitir redução em sua renda real, na qual esta é igual ao seu salário nominal dividido por um índice de preços representativo de seus padrões de consumo. Isto vai afetar o objetivo do capitalista no setor fix (ver abaixo).

$$p = (1 + z) \cdot (Wb^* + e P_o^* \cdot a_o)$$

Onde:

P = Preço fixado pelo produtor de um produto fix;

Z = taxa de mark-up;

W = Salário nominal;

b^* = coeficiente de mão-de-obra por produtos;

e = taxa de câmbio;

P_o^* = preço em moeda externa dos insumos importados;

a_o = coeficiente de uso de insumos importados por unidade de produto.

Multiplicando pela quantidade de vendas ambos os lados e isolando o lucro bruto, temos:

$$r = u \cdot z / (e + z)$$

onde:

r = taxa de lucro;

u = nível de utilização da capacidade produtiva.

Esta expressão mostra-nos que, havendo um aumento nos salários nominais, sem aumento da capacidade produtiva, haveria redução na taxa de lucro, devido a redução do mark-up, caso os preços ficassem inalterados (ver expressão Abaixo).

$$Z = P / (W \cdot b^* + e \cdot P_o^* \cdot a_o) - 1$$

Para manter a taxa de lucro é necessário que os preços no setor fix também aumentem. Mas, como os preços interferem no custo da cesta dos trabalhadores, estes vão requerer novos aumentos de salários, que por sua vez, levam a um novo aumento dos preços, esse processo tende a convergir caso os mark-ups e os salários reais desejados sejam estáveis.

Algebricamente temos:

$$W = W_r . a . P_e$$

$$P_i = (1+z) . (W . b^*)$$

$$W = W_r . b . P_i$$

Onde:

W = variação absoluta dos salários nominais;

P_e = variação absoluta dos preços flex;

P_i = variação absoluta dos preços fix;

Existem três pontos a serem abordados. "Em primeiro lugar, um pequeno choque de preços no setor flex, associado à resistência dos trabalhadores a diminuírem sua renda real e dos empresários a diminuírem sua taxa de lucro, leva a um aumento recorrente de preços no setor fix. Em segundo lugar, esse processo é convergente devido à estabilidade dos mark-ups e os salários reais desejados e à não reação dos preços flex. E terceiro lugar, os choques provenientes do setor flex são recorrentes nas economias em desenvolvimento". (Ver gráfico 1).

Vale ainda resaltar, também, que o conflito parte do capitalista, pela sua tentativa de aumentar o lucro. Esse aumento só pode ser conseguido, tendo-se atingido a plena utilização de capacidade, pela elevação dos mark-ups, que ocorre através da

redução dos salários reais (mantido constante os demais fatores).

Algebricamente temos:

$$g + q - (S_r + 1/z) \cdot r = 0$$

$$g = Y_0 + [Y_1 + (1 + z) \cdot Y_2/z] \cdot r$$

Onde:

g = taxa de crescimento do estoque de capital;

q = relação entre exportações e estoque de capital;

1 = participação dos custos de insumos importados no custo variável;

S_r = taxa de poupança dos capitalistas;

Y_0 = investimento que independe das condições correntes da economia; reflete o animal spirits dos administradores de empresas privadas e públicas;

Y_1 = coeficiente de aceleração dos investimentos dependentes da taxa lucro;

Y_2 = coeficiente de aceleração dos investimentos dependente do nível de utilização da capacidade produtiva.

Segundo os neo-estruturalistas, "enquanto há capacidade ociosa, o crescimento pode ser acelerado sem prejudicar os salários reais. Contudo, quando a capacidade é plenamente acupada, o aumento da taxa de acumulação só pode ser feito através da poupança forçada dos trabalhadores, com redução dos salários reais de um lado e aumento dos mark-ups de outro, "(ver gráfico 2, 3 e 4).

2.1.3 - A indexação salarial

Nos países onde há processo de inflação crônica, as economias são submetidas a fortes e recorrentes pressões por mudanças de preços relativos, em que, as relações contratuais tendem a assumir uma forma particular, ou seja, os custos da obtenção de informações e de conflitos são muito altos, e uma forma de minimizá-los é indexando os contratos de trabalho a um indicador de custo de vida.

Veremos a seguir, como funciona a indexação dos salários e suas implicações na inércia inflacionária.

Sendos:

$$P = Z.(W.b + e.xi.ji)$$

onde:

P = preços;

Z = força de mark-up;

W = salário nominal;

b = inverso da produtividade do trabalho;

e = taxa de câmbio;

xi = preço em dólar dos componentes importados;

ji = coeficiente de consumo de insumos importados por unidade de produto.

Indexando os salários nominais (W) e reajustando a taxa de câmbio (e), através de minidesvalorizações, e supondo constantes os parâmetros (b) e (j), as variações dos preços, salários e câmbios podem ser expressas;

$$P = Z + lW + (1-l), (\theta + xi)$$

$$W = h.P + (1-h).P-1$$

$$i = P - x$$

onde:

@ = representa a variação da variável no tempo;

l = relação Z.W.b/P;

h = coeficiente de resistência salarial;

X = nível de preços em dolar;

Em seguida, temos a variação do mark-up no longo prazo, em função de um excesso de demanda.

$$Z = m.(u-1)$$

onde:

m = velocidade de ajuste ($m > 0$);

u = nível de utilização ($u=1$, nível normal de operação).

Temos por fim, uma expressão completa para a taxa de variação dos preços.

$$P = P-i + m.(u-h) (u-1).(1-h)+(x_1-x).(1-l)/l.(1-h)$$

Em que essa expressão divide a taxa de variação dos preços com três componentes: a) inflação passada (componentes de realimentação; b) função do grau de utilização (componente de regulação de demanda; c) inflação importada ou choque externo (componente autônomo).

" Assim, quando os componentes de regulação de demanda e de choque externo são nulos ($u=1$ e $x_1=x$), a expressão indica que a inflação será igual à inflação passada. Nessas circunstâncias, portanto, a inflação resume-se à sua tendência inercial. Esse é, em essência, o argumento sobre a tendência inercial da inflação. Na ausência de choque externos, a dinâmica inflacionária limita-se a repetir seu comportamento passado" ("Kandir" , pag.75).

A relevância dos mecanismos de indexação é a de que os agentes econômicos reajustam os preços pelo pico prévio de renda real, atingido à época do reajuste anterior, ou seja, a indexação decorre de uma regra de comportamento extremamente rígida na presença de altas taxas de inflação: Os agentes econômicos buscam apenas recompor o pico prévio de renda real.

2.2 Abordagem heterodoxa

Em meados de 1984, foram discutidas propostas heterodoxas de combate à inflação que iriam fundamentar o aspecto teórico do Plano Cruzado.

Depois de longos anos de forte recessão, em que o produto real da economia caiu consideravelmente e a inflação elevou-se em grande escala, os instrumentos tradicionais de política monetária e fiscal pareciam ter caído em descrédito.

Ocorria, entretanto, um ambiente propício à discussão de políticas antiinflacionárias alternativas, que reduzissem substancialmente a taxa de inflação sem comprometer a incipiente recuperação da atividade econômica.

O choque heterodoxo destaca o mecanismo de auto-sustentação da inflação brasileira e propõe, como forma de desvincular a inflação presente e futura da inflação passada, um congelamento abrupto e total de preços e salários, acompanhado de políticas monetária e fiscal passivas.

A proposta de choque heterodoxo baseia-se no pressuposto de que uma política antiinflacionária eficaz deve agir diretamente sobre a tendência inflacionária, na medida em que choques

deflacionários têm impacto reduzida sobre taxas de inflação elevadas e acarretam pesados custos reais. Além disso, a simples extinção dos mecanismos legais de indexação não afetaria o movimento inercial da taxa de inflação, pois os agentes econômicos continuariam comportando-se defensivamente e tentando recompor seus picos de renda real.

Um dos protagonistas do plano heterodoxo no Brasil foi Francisco Lopes³. Ele acreditava que a inflação era alimentada pela própria inflação, ou seja, inflação inercial, e, que a saída lógica dessa armadilha só poderia ser o choque heterodoxo - reforma monetária e congelamento total de preços - visto que os tratamentos convencionais se mostraram ineficazes na solução do problema brasileiro. Ele coloca "(...) num programa ideal de choque heterodoxo escolhe-se uma data, em que todos os preços são imediatamente realinhados de modo a igualar os preços reais instatâneos aos preços reais médios de equilíbrio (...)" ("Lopes", pg. 175).

Para ele o sucesso do choque heterodoxo está amarrado a uma boa política de administração de preços no período pós-choque, que para isso é exigido um atendimento correto da natureza do problema de descongelamento nos programas com congelamento temporário.

2.2.1 MOEDA INDEXADA

Dentro da abordagem heterodoxa há uma proposta de moeda indexada. Ela surge para sanar as necessidades de realinhamento

(3) Ver LOPES, F. O choque heterodoxo. 1986

nos preços relativos, onde a cada ponto no tempo a estrutura de preços relativos está distorcida pela assincronia dos reajustes, ou seja, o congelamento vai de encontro a uma liminar em que a cada momento alguns preços estão à véspera de ser reajustados, portanto, muito baixos, e outros acabaram de ser reajustados, portanto, muito altos.

Quem primeiro versa sobre a proposta de moeda indexada é André Lara Resende⁴. Segundo ele, estando os fatores primários da inflação, déficit operacional do setor público e a política monetária, sob relativo controle e, sendo a inflação essencialmente inercial, sua proposta baseia-se nos seguintes pontos:

a) Introduzir uma nova moeda indexada (que teria paridade fixa com relação a ORTN);

b) Correção monetária e desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar serem exatamente iguais,

c) A conversão da velha moeda na moeda nova deve ser possível em qualquer agência bancária e outros postos de conversão em todo o país, afim de evitar o aumento da velocidade da circulação do cruzeiro (moeda velha), o que aceleraria a inflação medida na velha moeda;

d) Depósito à vista no sistema bancário seria contabilizado na nova moeda;

e) Todas as transações no sistema financeiro passariam a ser contabilizados na nova moeda;

4 - RESENDE, Op. Cit in REGO. I. N., 1986

f) Os contratos celebrados até a data de início do programa, com base em ORTH, seriam transformados em contratos com base na nova moeda. Os contratos com base em taxas prefixadas em cruzeiros continuariam a valer;

g) Preços administrados pelo governo seriam fixados na nova moeda;

h) Acompanhamento do nível geral de preços em nova moeda, a partir do primeiro mês;

i) A política salarial de reajustes semestrais para salários com valores contratados em cruzeiro se manteria mas seria facultativo, a conversão se daria pela média salarial nos últimos seis meses em cruzeiros e o transformaria em nova moeda pela taxa de conversão do dia.

A essência da proposta é, portanto, a introdução de uma nova moeda que circularia paralelamente ao cruzeiro. Cumpre apenas tomar cuidado quanto à fórmula de conversão (para a nova medida) dos salários e dos preços públicos reajustados em intervalos mais longos. É absolutamente necessário que tal conversão seja apenas permitida ao preço real médio vigente no período entre os reajustes. Evita-se com isto que a conversão se faça pelos picos. Caso contrário, a incompatibilidade distributiva criada pelo aumento de renda real desses agentes reintroduziria a pressão inflacionária.

3- Preços relativos:

Os preços são vistos, apenas como um fenômeno de sinalização em uma economia de mercado; preços relativos devem refletir, em última análise, custos de oportunidade de uma mercadoria em termo de outra.

Em situação de elevadas taxas de inflação, podemos observar que não há simultaneidade nas elevações de preços e, é precisamente essa falta de sincronização nas elevações de preços que torna obscuro o papel dos preços de mercado como portadores de informação para decisões sobre alocação de recursos.

Este desalinhamento nos preços relativos dificulta qualquer atuação do Estado sobre a atividade econômica, e de encontrar suporte para os modelos econômicos, haja vista que o desalinhamento nos preços relativos, devido a sua desestruturação, faz com que os agentes econômicos percam a noção real de preços, dificultando qualquer tentativa de sinalização feita ao mercado.

3.1. Incoerência no aumento dos preços relativos.

Os preços dos produtos sobem de maneira diferenciada, em consequência de elevada taxa de inflação, acirrando com isso o conflito distributivo entre os agentes econômicos. A disparidade no comportamento dos preços não deve ser atribuída a um único fator, ou seja, as variações diferenciadas dos custos de produção, por exemplo, não explicam sozinhas as alterações ocorridas na relação entre os preços dos produtos.

" (...) O nível geral dos preços é uma média entre os conjuntos de preços. A evolução deste nível geral de preços depende das evoluções dos diferentes preços. E esses evoluem diferentemente no tempo e, por isso, os preços relativos ao tempo "t" não são os mesmos que os que existiam no tempo t-1. As razões conhecidas são numerosas: existem preços administrados e outros que sofrem concorrência externa e/ou interna; há a

influência do progresso técnico diferente segundo os setores; há os efeitos das crises (mesmo parciais) sobre a desvalorização-depreciação dos produtos de certos setores; há enfim a influência da política industrial e/ou social do Estado sobre os preços de certos produtos, seja para favorecer seu consumo, seja para estimular ou frear sua produção. Há outras razões menos conhecidas: trata-se principalmente dos mecanismos formais de indexação (ou seja, institucionalizados) e/ou informais de preços entre eles."⁵

A inflação é um fenômeno que causa um cenário de indefinições, fazendo com que a sociedade perca a noção da relação entre os preços das diversas mercadorias.

Há, portanto, necessidade premente de combatê-la, para resgatar a noção de valor, e o conhecimento dos preços praticados no mercado pode ser um elemento inibidor da inflação e da elevação exacerbada de alguns preços. Assim seria útil a divulgação sistemática dos preços de uma série de produtos consumidos pela população, de forma a orientar consumidores, comerciantes e produtores no sentido de um realinhamento geral dos preços e da redução das disparidades entre preços de um mesmo produto.

3.1.1 Correlação entre inflação e dispersão nos preços relativos.

Há uma forte tendência em associar o fenômeno inflacionário aos distúrbios observados nos preços relativos, tendência essa

5 - VER SALAMA, Pierre - 1990, pgs 68,69.

abordada pela corrente estruturalista, contrapondo com a tese monetarista, a qual negligenciava o problema do comportamento dos preços relativos durante o processo inflacionário, segundo os estruturalistas,⁶ (...) as causas da inflação são decorrentes de problemas estruturais, em que, os movimentos persistentes e sistemáticos dos preços relativos causam maior instabilidade na taxa de inflação".

O estudo dos preços relativos e de sua estrutura é pouco desenvolvido em economias (há algumas exceções, que são os economistas estruturalistas). Ele depende da teoria de valor. Afora a análise dos preços relativos em termos de equilíbrio e com as dificuldades que se conhece de integrar a moeda de maneira coerente, os preços relativos quase não são estudados a um nível teórico, existindo entretanto, algumas exceções (sobretudo nas análises que estabelecem uma relação estreita entre o Estado e a economia).

Na verdade, os preços não evoluem independentemente uns dos outros. As interdependências resultam do lugar das mercadorias na produção de mercadorias, das estratégias em relação à demanda, da complementaridade - forte ou fraca - de certos produtos entre eles. Quando um preço aumenta, outros preços, depois de um período de "indiferença" mais ou menos longo, aumentam a uma taxa que exprime, simultaneamente, a deterioração do preço relativo e a necessidade de contrabalançar e acúmulo dos efeitos dessa deterioração no tempo e de prevenir futuras deteriorações por um

(6) - SILVA, Adroaldo M. & Xadota, Décio Estudos Econômicos (1982)

certo tempo. Enfim, a possibilidade de recuperação de um preço varia conforme pertença a um setor competitivo, protegido ou regulamentado.

Analisando por essa ótica, percebemos que a fonte de elevação nos preços é, em termos gerais, a pressão do crescimento econômico sobre as estruturas econômicas e sociais não desenvolvidas. O ajuste de preços da economia, isto é, o mecanismo de propagação das pressões inflacionárias é consequência da incapacidade política da sociedade para resolver as questões redistributivas envolvidas na mudança dos preços relativos.

Existem enormes evidências que associam a dispersão dos preços relativos a da taxa de inflação e sua instabilidade. Quanto maior for o índice inflacionário, maior será a dispersão na variação dos preços relativos.

Para Pierre Salama⁷, a estrutura dos preços relativos tem um papel importante, e as modificações desta estrutura e sua crescente incoerência alimentam a aceleração da inflação. Ele supõe a existência de uma estrutura de preços relativos, que se poderia qualificar de equilíbrio porque sua modificação alimenta a alta de preços. A indexação visa preservar essa estrutura dessa incoerência - e assim fazendo, retira as acelerações da volta de preços. A inflação se reveste, então, de um aspecto regular, inercial, ou seja, de repetitivo e idêntico.

A estrutura dos preços relativos é diferente em cada caso. A aceleração da inflação tende a provocar movimentos

7 - VER SALAMA P., 1990, pg. 67 e 70

desestabilizadores. O preço do produto "i" tenta ao mesmo tempo recuperar sua coerência em relação aos outros produtos em um contexto de evolução rápida e um pouco desordenada (no início) e também os atrasos produzidos pelas novas estruturas de preços relativos.

3.2. Realinhamento nos preços relativos

Ao adotar, implementando, o controle inflacionário via medida "heterodoxa", faz-se necessário um prévio alinhamento nos preços relativos, visto que o simples congelamento dos preços e salários não seriam suficiente para segurar a inflação, já que esse congelamento terá sido feito mediante conflito distributivo, onde há enorme paridade nos preços relativos. O congelamento mediante desalinhamento de preços, não sanará o conflito distributivo existente, anterior a implementação do plano heterodoxo, pois as disparidades continuarão existentes pós implementação.

3.2.1 - Preços e Congelamento

Apesar da economia brasileira estar indexada, no período anterior ao plano cruzado, os preços relativos encontravam-se desalinhados e seus realinhamentos em cruzado tornam-se bastante complexo. Uma proposta em relação a isso seria, "(...) inicialmente todos os preços seriam convertidos em cruzados à taxa de dez mil por um. Em seguida o CIP estudaria a estrutura de custos de cada setor, aplicando os novos valores em cruzados

para câmbio, salários, e preços públicos e valores tentativos para outros insumos baseados nos valores médios em cruzeiros convertidos para cruzados à taxa de dez mil por um. Estes estudos determinariam as metas para o preço em cruzado de cada setor, que seriam imediatamente praticados quando implicassem redução de preço, mas gradualmente atingidos, respeitando o limite de variação de 1% ao mês, quando implicassem aumento de preço. Após um período de três meses as empresas poderiam solicitar um reestudo da composição de custos em cruzados, agora com preços observados para seus insumos, obtendo-se novas metas de preços. A partir deste ponto passaria a vigorar o princípio de revisão anual dos preços com repasse semestral. Outra questão importante na área de política de preços diz respeito ao tratamento dos preços públicos e de taxa de câmbio. Em princípio, os preços públicos que estivessem desalinhados (em relação à média em cruzeiros reais, não em relação ao valor real de pico) deveria ser acertados antes da reforma monetária, mas deve-se ter sempre em mente que esse tipo de acerto reduz a desejada neutralidade do programa. " ("Lopes", pg. 184).

Fica claro que os preços relativos devem estar razoavelmente ajustados no dia "D" (dia da implementação do choque heterodoxo) de forma a não exigir ajustes posteriores, e que as defasagens entre os aumentos de preços devem ser as menores possíveis, para que possibilite encontrar um dia "D" o mais próximo e mais intermediário possível entre as datas de reajuste de todos os preços.

3.3. Possíveis medidas de alinhamento

É polêmico tratar de alinhamento de preços relativos, devido a sua complexidade, porém podemos analisar possibilidades rematando sua importância.

O "bojo" da questão não está em como alinhar os preços, e sim, em como conseguir aderência dos agentes econômicos à medidas que venham a alinhar os preços.

Há várias possibilidades que possam ser utilizadas pela autoridade econômica, para alinhar os preços relativos. Em nossa discussão, trataremos de duas, que são: o controle de preços; e a divulgação sistemática dos preços. No primeiro caso, teremos uma participação mais efetiva do governo, em que, o controle de preços surge como instrumento auxiliar no combate a inflação, podendo ainda contribuir em muito ao ajustamento de preços. No segundo caso não se faz necessário uma intervenção direta do governo, faz-se necessário apenas uma boa fiscalização por parte da autoridade econômica, para que não haja dolo, por parte das informações. Essa informação pode resgatar a noção de valor, podendo diminuir as disparidades existentes entre os preços relativos.

3.3.1. O controle de preços como medida de alinhamento.

Falar em controle de preços, parece ficar inserido a idéia intervencionista de Estado Arbitrário não que seja a questão aqui a ser debatida, mas em economias cronicamente inflacionárias, tem-se observado que o mercado por si só não é capaz de regular

as distorções ocorrida, vis-à-vis a sua disparidade da "realidade" conturbada pelas distorções " (...) O fenômeno aparente da "fixação" de preços por parte das firmas é transitório e corresponde unicamente à configuração prática do processo de ajustamento de preços em um mercado competitivo, simulado na análise econômica pelo processo de tâtonnement⁸. Na realidade, a simulação é sabidamente imperfeita porque o modelo analítico do tâtonnement supõe que as transações não ocorram efetivamente, a não ser aos preços de equilíbrio"⁹.

O controle de preços surge como uma alternativa que venha a alinhar as distorções ocorridas nos preços relativos, já que esses se elevam de forma não simultânea. É precisamente essa falta de sincronização nas elevações de preços, que torna obscuro o papel dos preços de mercado como portadores de informações para as decisões sobre alocação de recursos, com o controle, os preços observados conteriam toda informação necessária as decisões dos agentes econômicos.

Na estratégia gradualista¹⁰ de combate a inflação, o controle de preços tem relevante papel de instrumento auxiliar no combate a inflação, cujo objetivo é tentar impedir que as expectativas empresariais quanto às taxas futuras de crescimento de seus preços de venda façam com que as firmas aceitem pacificamente elevações em seus custos de produção e terminem por levar o governo a expandir a demanda global à taxas incompatíveis com os objetivos de controle da inflação.

(8) - O mecanismo (processo) de tomada de decisões são de natureza Walrasiana, em que há um período de "diálogo, sem ação, seguido por decisões de troca e produção.

(9) - REZENDE, F. Et Alii, p. 144

(10) - VER, por exemplo, SIMONSEN (1971)

De certa forma a evidência da importância que o controle de preços tem sobre as políticas econômicas é relevante, mesmo que seu grau de importância seja diferenciado às demais políticas de estabilização, interessa-nos aqui compatibilizá-lo, em particular com a política heterodoxa de combate a inflação, em que, como acreditavam as autoridades econômicas que as distorções existentes nos preços relativos sumiriam com a simples implementação do plano heterodoxo, hoje sabemos que não foi o ocorrido¹¹. Um prévio controle de preços poderia contribuir em muito ao ajustamento de preços, já que sua distorção tem a ver com a desinformação generalizada da economia, em que um controle, não ríspido, nos preços de forma paulatina e coerente, podem amenizar os distúrbios existentes. É claro que esse controle deverá ter uma aceitação no âmbito não só político e econômico, mas também social, em que os agentes econômicos de forma geral venha a aceitar esse controle.

3.3.2 A divulgação sistemática dos preços como medida de alinhamento.

Devido a total desinformação de preços, decorrente de processo cronicamente inflacionário, faz-se necessário, de alguma forma, que a população resgate a noção do valor, de modo que venha a atenuar as distorções existentes.

(11)- O período ao qual está se analisando, é o referente ao plano cruzado

A divulgação sistemática dos preços parece ser de enorme relevância, visto que, estando a população informada quanto ao "valor real" dos preços, as disparidades nos preços relativos diminuirão, convergindo a um realinhamento. É claro que essa divulgação sistemática incorre em diversas possibilidades, já que a divulgação dos preços de forma arbitrária poderia de forma implícita favorecer alguns e prejudicar outros, não convém-nos aqui julgar tal coerência de probidade, mas de relatar sua importância mediante situação.

Fica evidente, para que a população tenha total aceitação quanto a essa divulgação, é preciso que se tenha credibilidade e confiabilidade por parte dessa divulgação, além da aderência dos meios de comunicação, de maneira que generalize essa informação.

Essa medida difere da anterior (o controle de preços), de modo que o governo não atue diretamente no mercado, mas apenas dar sinalizações, fazendo com que o próprio mercado retorne a sua " atividade normal."

4 - O PLANO CRUZADO

Desde 1985, várias tentativas heterodoxas de estabilização vinham sendo empreendida, por Argentina, Israel e Brasil. Em meados de Junho de 1985 foi implementado o "Plano Austral" Argentino, em seguida, três semanas depois, veio o plano Israelense e por último o "Plano Cruzado" , no Brasil, implementado no fim de Fevereiro de 1986. O que observou-se foi o seguinte, os programas Argentino e o Brasileiro não surtiram os efeitos desejados, já o Israelense obteve o sucesso desejado.

O Plano Cruzado, que é instituído pelo Ministro da Fazenda Dilson Funaro, em 28/02/1986, com total apoio popular. A idéia é desencadear um tratamento de choque na economia contra as altas taxa inflacionárias (14% em Fevereiro desse ano). É criada uma moeda - O Cruzado, que substitui o Cruzeiro e cuja unidade equivale a Cr\$ 1.000,00 -, os preços são congelados por um ano, os salários pela média dos últimos seis meses, aluguéis e prestações do BNH pela média proporcional, é extinta a correção monetária e criado o Seguro-Desemprego. Quatro meses depois, as mercadorias desapareceram das prateleiras dos supermercados, começa a cobrança de ágio por fornecedores, a inflação volta a subir e generalizam-se as pressões para o fim do congelamento.

4.1 Composição teórica

Para combater uma alta taxa de inflação (de aproximadamente 350% a.a), foi estancado um choque heterodoxo (Congelamento geral dos preços, salários e da taxa de câmbio)' denominado de Plano Cruzado, ele foi implementado em Fevereiro de 1986, pelo então Ministro da Fazenda Dilson Funaro que estava sendo assessorado por Luiz G. M. Belluzzo, Pêrsio Arida, André Lara Rezende e João Manuel Cardoso de Mello. O Plano Cruzado segue a doutrina teórica da concepção inercialista acerca da inflação (ver cap. 2).

Esse Plano foi o primeiro de caráter heterodoxo, na história do Brasil, isso foi proporcionado por diversas tentativas de Governos passados em combate a inflação com medidas ortodoxas, medidas essas que eram caracterizadas por sua conduta recessiva, todo esse âmbito tinha uma predominância política, era um regime

de transição relativamente fraca, reinstaurando a democracia após duas décadas de regime Militar. " (...) estando marcadas para Novembro de 1986 importantes eleições para Assembléia Legislativa e Governo Estaduais, os partidos de apoio ao governo temiam ser responsabilizados por uma recessão. Nessa situação, esperavam que o Plano Cruzado detivesse a inflação sem sacrifício".¹²

As medidas básicas do Plano de estabilização foram:

1) De enfoque monetário

- congelar todos os preços, salários e a taxa de câmbio (o congelamento dos preços foi feito com base no último dia, pois acreditavam que os preços relativos teriam suas distorções corrigidas posteriormente);
- desindexação da economia;
- introduzir uma nova moeda, o Cruzado, em lugar do Cruzeiro, do qual foram retirados três zeros;
- converter os contratos a prazo (salários, obrigações, aluguéis, taxas escolares, prestações de compra de casa própria) de Cruzeiro em Cruzado, através de fórmulas que garantissem a recomposição do preço médio real dos últimos seis ou 12 meses.

2) De Política monetária

- O entendimento de que a demanda por moeda se elevaria significativamente levou as autoridades a permitir um rápido crescimento da oferta de moeda, ou seja, suprimento de demanda esperada, devido a troca de moeda.

(12) - VER RECKENMAN, Paul, 1989

3) De Política Fiscal

- Visava eliminar o déficit público operacional, através de modificações na estrutura de impostos.

As medidas de natureza fiscal e monetária foram de pouca significância, devido aos economista responsáveis pelo plano acreditarem que o próprio plano trazia consequências monetárias e fiscais estabilizantes.

Para que não houvesse grandes perdedores e ganhadores, os preços relativos deveriam estar razoavelmente ajustados, no caso brasileiro não foram feitos ajustamentos prévios nos preços relativos.

4.2 Efêmero alinhamento nos preços.

Em determinado momento, na sua primeira fase de execução (aproximadamente nos seis primeiros meses), o Plano Cruzado conseguiu ostentar um de seus principais objetivos, o controle dos preços. A inflação mensal caiu, houve redução nos preços dos alimentos, ou seja, reduziu-se bastante a variação mensal dos preços, que permitiu uma certa estabilidade na estrutura dos preços relativos. Por outro lado, o congelamento geral de preços tornou inflexíveis os ajustamentos nessa estrutura de preços, que seriam de grande importância tanto para corrigir imperfeições passadas, quanto para atender mudanças decorrentes das variações devidas à sazonalidade associada ao processo de crescimento da economia.

De certa maneira, o Plano Cruzado pareceu ter enorme sucesso, as primeiras semanas foram de grandes euforia popular, onde a população ajudou o governo a monitorar os preços - informando às autoridades quaisquer aumentos não-autorizados. Esse

quadro favorável ao Plano não teve uma consistência concreta, quer por motivos econômicos ou políticos.

"Após o Plano Cruzado, os ganhos reais mais expressivos foram aqueles decorrentes de queda dos preços de alimentos, do congelamento dos preços dos combustíveis e dos serviços públicos que liberaram uma parcela maior de renda familiar para o consumo ou para a poupança. Como os poupadores, principalmente os pequenos que usava o sistema de cardeneta de poupança, estavam sofrendo de ilusão monetária, com a queda da inflação, passaram a consumir mais. É inegável que a força de adesão ao Plano Cruzado foi associada a um clima de euforia e segurança que resultou em aumento do consumo."¹³

4.3 Descontrole econômico.

Após o choque econômico observou-se duas conturbações existentes:

- 1) A da conversão dos salários de Cruzeiro para Cruzado;
- 2) As relações interempresariais.

A que causou maior polemica foi a relação interempresarial,

(13) - VER, PAULO PAIVA Et Alis, pg 195

visto que o governo decidiu não distinguir os desalinhamentos dos preços relativos já existentes no período antecedente ao Plano.

Na verdade o congelamento de preços, fez-se de tal maneira a favorecer determinados setores e empresas específicas, em termos de seus custos, enquanto outros tiveram suas margens de lucro fortimente comprimidas, ou mesmo passaram a operar com prejuízo.

" O problema originou-se da não sincronização da atualização dos preços realizada até o dia 27 de Fevereiro e , no caso dos preços dos produtos das empresas estatais, demonstrou que o governo não seguiu, como deveria, todas as recomendações de teoria da supressão da inflação inercial, que previa que o governo deveria ter eliminado, antes da implementação do programa de ajustamento, todo os focos inflacionários, um dos quais constitui a defasagem dos preços dos bens e serviços ofertados pelo setor público, considerado na sua acepção mais ampla."¹⁴

Devido às incertezas surgidas imediatamente após a aplicação do Plano econômico, houve uma desaceleração na produção de alguns setores. As dificuldades de acerto de preços entre fornecedores e produtores e entre produtores e distribuidores, em razão da política de congelamento de preços, retardaram o aquecimento de produção de outros setores.

Essa relação interempresarial, de certa forma " boicota" o Plano econômico, fazendo com que ocorra alterações não previstas pelo governo. " (...) a generalização da escassez de vários

(14) VER, PAULO PAIVA et alii, pg.34

produtos no mercado varejista e pressões inflacionárias que se transformaram na prática da cobrança do Ágio, (...) uma de suas manifestações se dá através dos preços. É a cobrança de ágio em vários produtos ou a prática do mercado negro. Em alguns casos, como a compra de carros novos, até certo ponto é relativamente fácil estimar-se o valor desse Ágio. Qualquer pessoa pode comprar o produto, desde que pague o valor negociado além do preço previamente congelado. Em outros casos, como na compra de carne ou de produtos hortifrutigranjeiros, isso é mais difícil, porque o valor adicional surge no pacto de relação pessoal entre o vendedor e o freguês habitual" 15

Indubitavelmente, o primeiro grande impacto do Plano sobre o conjunto da atividade econômica do país, fez-se sentir sobre a demanda de bens de consumo, quer de bens duráveis, quer de não duráveis, isto é permitido por diversas razões, onde se destaca:

- a) a elevação da massa salarial;
- b) desconto nominal sobre as dívidas;
- c) ausência de possibilidade de especular;
- d) e o congelamento dos preços. Esses são vistos como um dos principais fatores que fermentaram a demanda de bens de consumo.

4.4 O CASO ARGENTINO E ISRAELENSE¹⁶

A Argentina é um dos primeiros países a adotarem a política

(15) - VER, PAULO PAIVA Et Alis, pg.196

(16) - VER, BERCKERNAN, PAUL 1989

heterodoxa, seguida por Israel e Brasil. Convém-nos comentar que no Brasil e na Argentina o plano heterodoxo não surtiu o efeito desejado, já em Israel foi obtido o êxito esperado. Não interessa aqui fazer uma comparação do insucesso brasileiro e argentino com o sucesso israelense, devido às características de implantação dos planos estarem contidas em contextos divergentes, mas cabe-nos ressaltar fatores que foram utilizados em Israel com êxito, que poderiam também ser de grande utilidade no nosso plano.

Na Argentina, o plano Austral é anunciado em 14 de junho de 1985, tem como medidas básicas o seguinte:

- a) congelamento de preços e salários,
- b) novo padrão monetário, o Austral, equivalente a 10.000 pesos;
- c) desvalorização cambial;
- d) e a promessa de que o Banco Central não mais emitiria moeda para financiar o tesouro.

O congelamento de preços, efetivamente vigente até março de 1986, não conseguiu manter as taxas mensais de inflação abaixo dos 2-3% mensais. A atividade econômica declinou no segundo semestre de 1985 e, com ela, os salários reais. Nos semestres seguintes tem-se um crescimento no produto industrial, levando à uma recuperação no PIB. Isto, aliado a uma demanda revigorada, implicou uma piora da balança comercial, retornando a conta corrente a uma situação deficitária. O crescimento da oferta de moeda se acentuou e, em princípios de 1986, o governo adotou uma série de diretrizes que permitiram uma apreciável elevação dos salários reais. Essa conjuntura produziu fortes pressões sobre os

preços congelados, que se distanciavam cada vez mais das condições de mercado. Em abril de 1986 as autoridades relaxaram o congelamento, fazendo com que o plano adentrasse uma fase de flexibilização.

Durante 1986 as pressões inflacionárias reemergiram: os aumentos salariais e reajustes de preços públicos provocaram um salto das taxas mensais de 4%, no segundo trimestre, para 7% no terceiro. Esses reajustes reativaram os mecanismos de realimentação inflacionária da economia. Em setembro de 1986, quando o governo concluiu que as tendências inflacionárias haviam se tornado severas, foram reeditados os controles de preços, a política monetária contracionista e tentativas mais pragmáticas de controle salarial. O crescimento econômico tendeu a estancar, no entanto as taxas de inflação retornaram ao patamar dos 5% ao mês.

Durante 1987 as pressões inflacionárias novamente se intensificaram. O governo atribuiu os aumentos de preços relativamente altos do início do ano a um ajustamento "corretivo" de preços relativos. Um amplo pacote de medidas estabilizadoras, conjugando um aumento de preços públicos com maiores controles de gastos, foi anunciado a 25 de fevereiro.

Por volta de meados de 1988 a hiperinflação parecia possível, com as eleições presidenciais marcadas para maio de 1989, as autoridades governamentais reeditaram uma estratégia heterodoxa, que veio a se chamar plano primavera.

Em Israel, a redução da inflação deveu-se basicamente a persuasão, que os agentes econômicos sofreram, em reduzir suas disputas pela renda real. Em primeiro de julho de 1985, foi

implementado o plano heterodoxo israelense, as principais medidas foram:

- a) Desvalorização cambial;
- b) Corte nos gastos públicos;
- c) Congelamento nos preços.

Quanto ao problema salarial o governo interpôs um pacto social entre trabalhadores e empresários.

A ajuda financeira emitida pelo Estados Unidos contribuíram decisivamente para assegurar as reservas internacionais, com flexibilidade no pagamento. A taxa de câmbio desempenhou papel central na estratégia de estabilização. Tratando-se de uma economia relativamente pequena e aberta, as autoridades usaram a taxa de câmbio como "âncora" do nível de preços. A ajuda americana foi crucial para manter as reservas internacionais num nível suficiente para dar credibilidade à paridade cambial fixa.

Tendo a taxa de câmbio com dupla finalidade de preços, os domésticos e as contas externas, provoca claramente a "falência" do plano de estabilização, ou seja, quando pressões internas forçam a desvalorização cambial, desestabiliza assim os preços domésticos. Em virtude disso, em agosto de 1986, as autoridades israelenses lastearam a moeda nacional a uma cesta de cinco moedas, proporcionalmente à magnitude das relações comerciais de Israel, com a finalidade de acentuar a função de estabilização nos preços domésticos e minorar o poder de equacionar as contas internas.

Em resumo, podemos concluir, acerca destas experiências é a de que não existe ainda um veredito final. Os programas argentinos e brasileiro no final dos anos 80 falharam, mas o de

julho de 1985, em Israel, teve um sucesso além do esperado. Deve ser reconhecida a evidência insuficiente para afirmar categoricamente que os componentes heterodoxos tenham sido essenciais para o sucesso israelense; pode no entanto, ser sustentado que na ausência dos acordos entre trabalhadores e empresários e da estabilidade cambial, a estabilização seria bastante mais difícil, até mesmo impossível. Em relação aos casos argentino e brasileiro, é justo reconhecer que a necessidade de políticas heterodoxas ainda está para ser provada; ao mesmo tempo, no entanto, é importante reconhecer que os erros existentes nos programas desses países não são inerentes à abordagem heterodoxa.

5 - CONCLUSÃO

As políticas econômicas de combate a inflação tiveram grandes transformações no período pós-ditadura brasileira, mais ou menos a partir de 1984, em que se destaca a doutrina heterodoxa, por ser uma política de combate a inflação de caráter não recessiva, contrapondo com políticas anteriores (normalmente ortodoxas) que tinham um caráter recessivo.

Há enorme aceitação por parte das autoridades econômicas, nesse período, acerca do caráter inercial da inflação. É "em cima" desse conceito, acerca da inflação, que é estancado o plano cruzado. Porém, apesar de todas as recomendações feitas pelos teóricos sobre a supressão da inflação inercial, via medida heterodoxa, a qual previa que a autoridade econômica, deveria ter

eliminado os desajustes existentes anterior a implementação do plano. Na verdade não foi o ocorrido, pois as autoridades econômicas acreditavam que as distorções existentes seriam sanadas com a implementação, pura e simples, do plano econômico.

Não nos cabe aqui, colocar o programa de estabilização heterodoxo em cheque, mas sim particularizar o caso brasileiro, referente ao Plano Cruzado. Uma das principais coisas, entre outras, que incompatibilizaram o plano cruzado, foi eventualmente o desalinhamento nos preços relativos pré-existentes ao plano, essa incompatibilidade é enfatizada por nossa análise em virtude de sua "explosão comensurável" ocorrida após a implementação do plano cruzado.

O não alinhamento nos preços relativos, antes da implementação do plano cruzado, faz com que as relações interempresariais entre em conflitantes perdas para a economia brasileira em virtude disso vários produtos farmacêuticos tornaram-se difíceis de encontrar, enquanto o leite e a carne desapareceram do mercado pela sonegação da produção.

Apesar de todo o aparato teórico, por trás do Plano Cruzado, sua estrutura por si só não foi suficiente para sustentá-lo, ou seja, a problemática existente entre os preços relativos e a proposta heterodoxa de combate a inflação, reflete a necessidade de sua reavaliação no que consta à incompatibilidade do congelamento geral dos preços, mediante desalinhamento nos preços relativos. Observou-se que os preços não estavam alinhados como acreditavam às autoridades econômicas, no período adjacente ao Plano Cruzado, e além disso acreditavam eles, que as poucas distorções existentes seriam sanadas após o congelamento. Não foi

o ocorrido, houve sim uma tremenda "turbulência" na economia, com os produtos sumindo das "prateleiras" e a cobrança de ágio por parte de outros produtos, sendo cobrado ilegalmente aos preços congelados.

TABELA 01

BRASIL: INDICADORES MACROECONOMICOS ANUAIS, 1981-1989

	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
TAXAS MÉDIAS MENSUAIS DE INFLAÇÃO (2):									
PREÇOS AO ATACADO	5,5%	5,0%	10,7%	10,5%	10,3%	4,1%	14,5%	22,6%	27,5%
PREÇOS AO CONSUMIDOR	6,0%	6,0%	8,9%	9,9%	10,7%	3,9%	14,3%	22,1%	28,2%
TAXAS DE JUROS REAIS MÉDIAS MENSUAIS(3)									
TAXA DE OVERNIGHT						-0,1%	-1,5%	-0,2%	10,3%
SOBRE LETRAS DO TESOURO	-1,3%	-0,4%	-1,7%	-0,6%	-0,5%	3,5%	-5,6%	-6,0%	
SOBRE DEPOSITOS BANCARIOS			-0,8%	1,3%	0,9%	0,8%	-1,2%	-2,1%	
PRODUTO INDUSTRIAL (1981=100)(2):									
BEM DE CAPITAL	100,0	99,8	94,6	101,2	109,8	121,8	122,9	119,0	120,3
BENS-DE-CONSUMO DURAVEIS	100,0	108,0	107,0	99,0	114,2	137,4	130,0	130,9	135,1
BENS-DE-CONSUMO NAO-DURAVEIS	100,0	102,1	97,0	98,9	106,7	116,1	118,0	112,8	114,7
INDICADORES INDUSTRIAIS DE SAO PAULO(4)									
SALARIO REAL (1978=100)				113,7	140,5	175,9	167,0	177,5	192,3
SALARIO MEDIO REAL (1978=100)				129,5	147,6	168,7	156,5	169,7	182,1
EMPREGO (1978=100)				84,4	94,8	104,3	106,5	104,4	105,5
UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE				74,1%	76,5%	80,5%	80,8%	80,1%	80,2%
TAXAS DE CÂMBIO									
TAXA NOMINAL DOLAR (% CRESC.)(1)	76,7%	93,3%	220,6%	220,3%	235,5%	120,3%	187,3%	568,8%	990,1%
TAXA REAL EFETIVA (OFICIAL)	81,6	77,0	95,3	96,5	98,2	100,6	100,0	90,5	65,2
BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ bilhões)(1):									
SALDO EM CONTA CORRENTE	-11,8	-16,3	-6,8	0,0	-0,3	-5,3	-1,4	-3,8	1,4
SALDO COMERCIAL	1,2	0,8	6,5	13,1	12,5	8,3	11,2	27,3	16,1
EXPORTAÇÕES	23,3	20,2	21,9	27,0	25,6	22,3	26,2	-15,7	34,4
IMPORTAÇÕES	-22,1	-19,4	-15,4	-13,9	-13,2	-14,0	-15,1	-15,5	-18,3
SALDO LÍQ. BALANÇA DE SERVIÇOS	-13,1	-17,1	-13,4	-13,2	-12,9	-13,7	-12,7	-12,7	-14,9
PAGAMENTOS DE JUROS	-10,4	-11,4	-10,3	-10,0	-11,2	-10,1	-9,3	-10,6	-11,2
RESERV. EXCLUÍDO DURO(FIN PERÍODO)	3,5	3,8	3,7	3,1	3,7	4,7	5,9	4,0	5,3
AGREGADOS MONETARIOS (% média do PIB)(2):									
BASE MONETARIA (M0)	3,3%	3,0%	2,5%	2,0%	1,7%	3,0%	2,0%	1,1%	NA
MEIOS DE PAGAMENTOS RESTRITOS (M1)	6,0%	5,3%	4,4%	3,1%	3,0%	7,5%	4,4%	2,2%	NA
M1 MAIS POUÇANÇAS E DEPOSITOS A PRAZO					17,5%	21,5%	17,7%	13,8%	NA

FONTES: (1) FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL

(2) BANCO CENTRAL DO BRASIL

(3) FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

(4) FIESP

(5) BANCO MUNDIAL

BRASIL: INDICADORES MACROECONOMICOS ANUAIS, 1981-1989

	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
CONTAS NACIONAIS									
(% DO PIB A PREÇOS DE 1985)(1):									
CONSUMO TOTAL	82,2%	79,7%	81,1%	79,5%	78,0%	78,3%	75,4%	0,0%	NA
FORM. BRUTA DE CAPITAL	16,2%	21,0%	16,5%	15,0%	17,0%	19,2%	21,4%	23,2%	NA
INVEST. EM CAPITAL FIXO	24,5%	21,4%	17,9%	16,5%	17,0%	19,2%	22,2%	23,2%	NA
VAR. DE ESTOQUE	-6,3%	-0,4%	-1,4%	-1,4%	0,0%	0,0%	-0,8%	0,0%	NA
EXPORTAÇÕES (BENS E SERV.N-FATORES)	9,4%	7,5%	11,3%	13,3%	12,0%	8,7%	9,2%	0,0%	NA
IMPORTAÇÕES (BENS E SERV.N-FATORES)	-9,7%	-8,2%	-8,9%	-7,8%	-6,9%	-6,3%	-6,0%	0,0%	NA
POUPANÇA INTERNA BRUTA	17,9%	20,3%	19,0%	20,6%	22,1%	21,7%	24,5%	23,2%	NA
POUPANÇA NACIONAL BRUTA	13,7%	15,2%	13,2%	15,0%	16,9%	17,3%	20,9%	22,1%	NA
PRODUTO INTERNACIONAL BRUTO									
EM US\$ BILHOES	264,8	283,5	296,1	213,1	228,0	271,5	303,0	354,4	NA
A PREÇO CONST. 1985 (1985=100)(1)	104,1	111,4	87,8%	92,3	100,0	107,6	111,5	111,2	NA
TAXA DE CRESCIMENTO (%)	-6,6%	7,1%	-21,2%	5,1%	8,3%	7,6%	3,6%	-0,3%	NA
DEFLATOR DO PIB (CRESC.%)	100,6%	93,3%	195,8%	215,0%	231,4%	143,8%	209,4%	684,6%	NA
NECESSIDADE DE FINANC. DO SETOR PUBLICO(2):									
TOTAL: BASE NOMINAL					28,0%	11,1%	31,4%	48,5%	0,0%
DO GOVERNO FEDERAL					13,5%	5,2%	14,1%	6,7%	0,0%
TOTAL: BASE REAL					4,3%	3,6%	5,5%	4,3%	0,0%
DO GOVERNO FEDERAL					1,8%	1,6%	3,0%	3,3%	0,0%
DÍVIDA EXTERNA (US\$ BILHOES)(5)									
DO GOVERNO OU GARANTIDA POR ELE	45,5	51,1	59,1	69,9	73,5	83,6	91,6	89,8	87,0
PRIVADA N-GARANTIDA	19,8	23,1	21,5	19,3	17,2	14,6	14,4	11,5	9,8
FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL	0,0	0,6	2,6	4,2	4,6	4,5	4,5	4,0	2,4
DE CURTO PRAZO	15,3	17,5	14,2	10,9	9,3	9,3	9,3	13,9	15,3
INDICADORES:									
PIB PER CAPTA (US\$)	\$2,135	\$2,236	\$1,590	\$1,607	\$1,682	\$1,961	\$2,142	\$2,454	NA
SALDO EM CONTA CORRENTE/PIB	-4,4%	-5,8%	-3,3%	0,0%	-0,1%	-2,0%	-0,5%	-1,1%	NA
DÍVIDA EXTERNA/PIB	30,4%	32,5%	47,3%	49,0%	45,9%	41,3%	40,9%	32,3%	NA
PAGAMENTOS JUROS AD EXERCICIO/PIB	-3,9%	-4,0%	-5,0%	-4,7%	-4,9%	-3,7%	-3,1%	-3,0%	NA

FONTES: (1) FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL

(2) BANCO CENTRAL DO BRASIL

(3) FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

(4) FIESP

(5) BANCO MUNDIAL

IN: BECKERMAN, P., PG 223

TABELA 2

BRASIL: INDICADORES MACROECONOMICOS MENSUAIS 1986

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
TAXAS MÉDIAS MENSUAIS DE INFLAÇÃO (2):												
PREÇOS AO ATACADO	19,0%	22,2%	-0,1%	-1,5%	0,1%	0,4%	0,6%	1,3%	0,7%	1,2%	2,1%	7,7%
PREÇOS AO CONSUMIDOR	15,0%	12,5%	13,2%	0,4%	1,1%	1,0%	0,8%	1,1%	1,2%	1,4%	3,3%	7,1%
TAXAS DE JUROS MENSUAIS (3):												
TAXA DE OVERNIGHT					0,7%	1,3%	2,0%	2,6%	2,9%	2,0%	2,4%	5,5%
SOBRE LETRAS DO TESOURO	10,4%	10,7%	11,0%	9,9%	8,9%	8,0%	7,3%	6,6%	5,9%	5,1%	4,4%	3,5%
SOBRE DEPOSITO BANCARIOS	14,3%	14,3%	1,5%	1,6%	1,8%	1,8%	2,1%	2,7%	3,0%	3,3%	5,0%	9,6%
PRODUTO INDUSTRIAL (1981=100)(2):												
BENS DE CAPITAL	92,6	91,6	95,6	105,7	102,6	116,5	117,2	133,2	122,9	127,0	114,8	97,0
BENS-DE-CONSUMO DURAVEIS	120,1	123,7	135,2	139,7	150,2	146,5	134,7	136,7	161,9	162,4	135,0	108,3
BENS-DE-CONSUMO-NÃO-DURAVEIS	109,0	98,8	96,5	102,5	109,8	114,7	131,1	126,4	130,0	137,8	124,9	114,0
INDICADORES INDUSTRIAIS DE SÃO PAULO(4):												
SALARIO REAL (1978=100)	156,3	158,8	174,7	174,9	175,8	175,1	179,5	181,7	183,5	184,4	188,1	178,1
SALARIO MÉDIO REAL (1978=100)	156,9	157,4	171,7	171,4	169,0	171,4	171,7	171,6	171,6	174,3	165,9	
EMPREGO (1978=100)	99,7	101,0	101,8	102,2	102,7	103,8	104,9	105,8	106,9	107,4	107,7	107,2
UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE	79,1%	78,7%	77,7%	79,6%	80,0%	80,5%	81,5%	81,5%	82,6%	83,4%	81,4%	79,6%
TAXAS DE CAMBIO:												
TAXA NOMINAL DO DÓLAR (% CRESC.)(1)	14,1%	15,2%	6,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	1,0%	3,3%
TAXA REAL EFETIVA (OFICIAL)	98,1	97,2	98,7	100,3	101,9	102,3	102,7	103,0	102,1	101,1	100,2	99,6
AGIO DO CAMBIO PARALELO (%)		29,0%	26,4%	36,0%	49,2%	49,0%	59,8%	69,8%	69,1%	85,1%	103,2%	84,3%
BALANÇOS DE PAGAMENTOS (US\$ BILHÕES)(1):												
SALDO EM CONTA CORRENTE												
SALDO COMERCIAL	0,7	0,6	1,1	1,3	1,3	1,1	1,0	0,9	0,5	-0,1	0,0	-0,2
EXPORTAÇÕES	1,9	1,8	2,2	2,2	2,3	2,0	2,2	2,1	1,9	1,3	1,3	1,3
IMPORTAÇÕES	-1,2	-1,1	-1,0	-0,9	-1,2	-1,1	-1,3	-1,4	-1,3	-1,5	-1,2	-1,5
RESERVAS EXCLUINDO OURO (FIM PERÍODO)	8,8	8,6	9,0	9,2	9,3	9,2	9,3	7,9	7,7	6,6	6,1	5,8
AGREGADOS MONETARIOS (%MÉDIA DO PIB)(2):												
BASE MONETARIA(M0)	3,0%	10,6%	35,9%	35,3%	15,0%	10,6%	14,1%	6,0%	2,8%	5,2%	9,4%	3,7%
MEIOS DE PAGAMENTOS RESTRITOS(M1)	-9,9%	8,7%	80,2%	19,3%	15,3%	15,6%	-0,2%	6,9%	5,5%	7,3%	4,6%	8,0%
M1 MAIS POUPOANÇAS E DEPOSITO A PRAZO	12,0%	18,2%	12,6%	2,1%	4,0%	6,6%	1,8%	6,9%	6,6%	7,0%	4,5%	2,8%
DÍVIDA PÚBLICA (US\$ BILHÕES, AO CAMBIO OFICIAL)(2)												
ORIG. DO TESOURO (EXCL.O.BACEN)	54,9	46,5	49,6	50,3	50,8	56,7	74,0	74,9	80,1	77,5	79,2	92,1
LETRAS DO BANCO CENTRAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	12,0	12,7	14,0	11,5	11,4	13,6
ORIG. ESTADUAIS E MUNICIPAIS	3,4	3,4	3,6	3,7	3,7	4,1	4,2	4,2	4,2	4,5	4,4	4,1

FONTES: (1) FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL

(2) BANCO CENTRAL DO BRASIL

(3) FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

(4) FIESP

(5) BANCO MUNDIAL

IN: BECKERMAN, P., PG 226

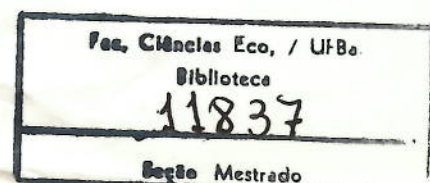
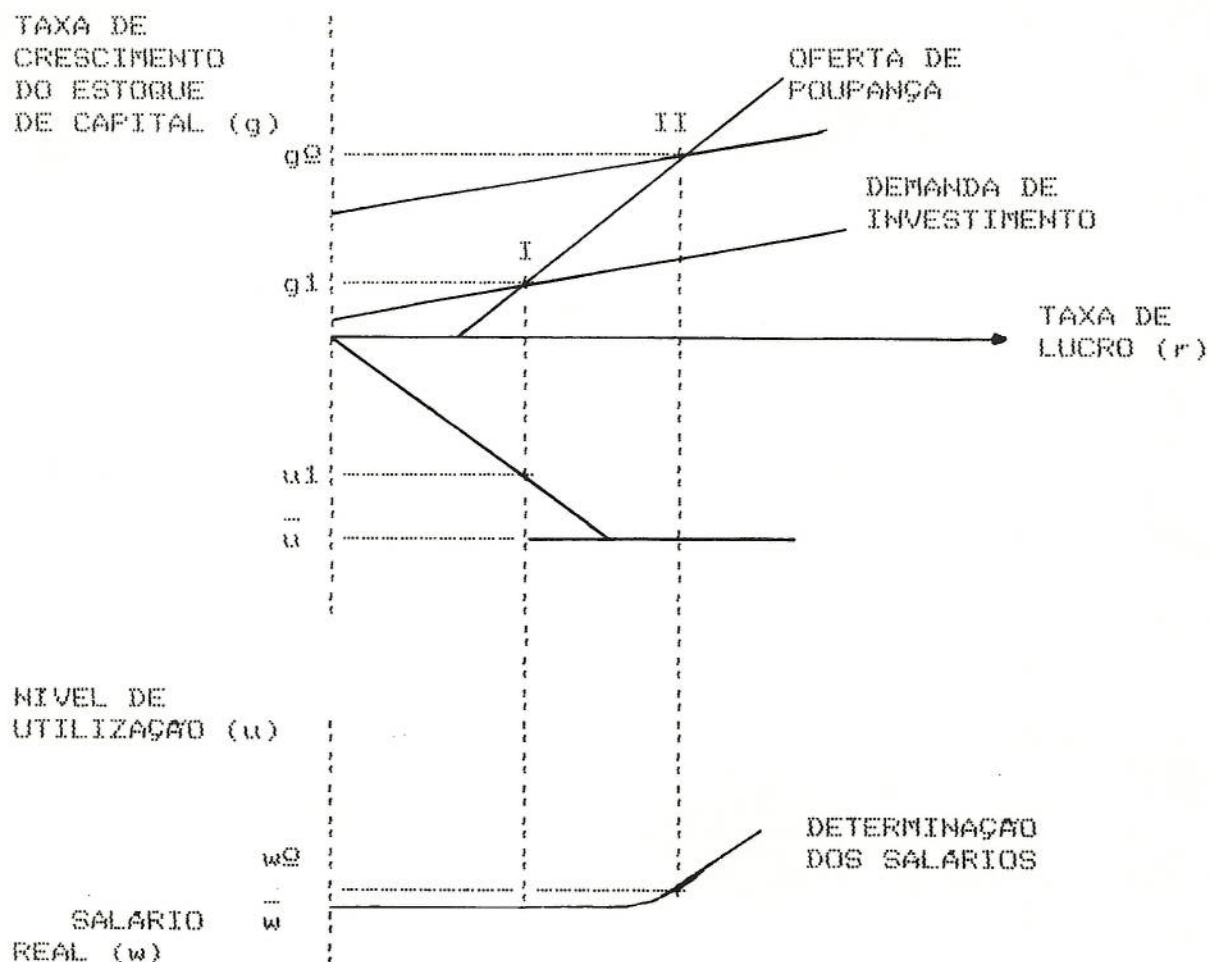
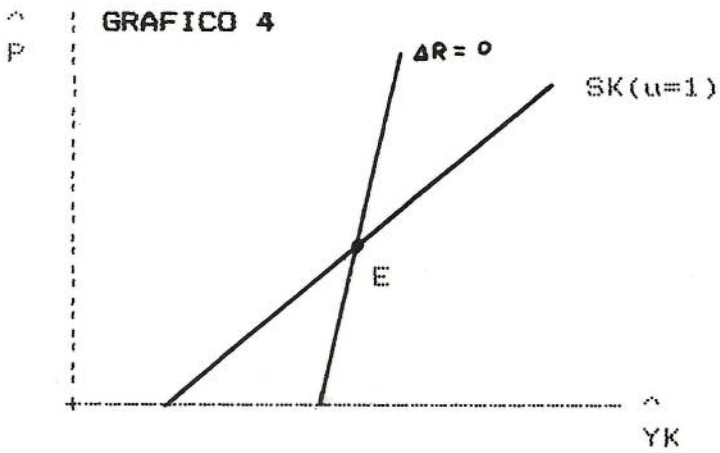
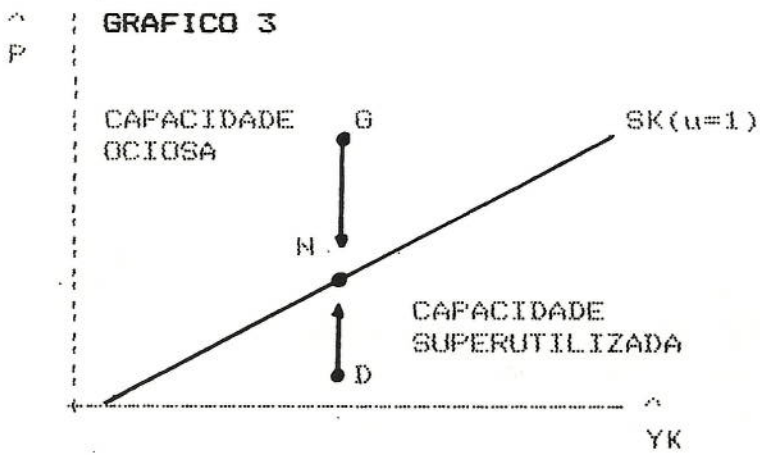
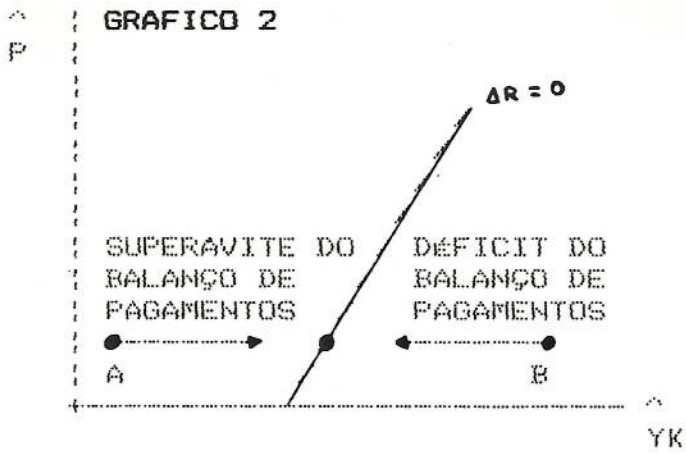


GRAFICO I



EQUILIBRIO MACRO COM AJUSTAMENTO POR UTILIZAÇÃO DE CAPACIDADE (PONTO I) E AJUSTAMENTO POR POUPANÇA FORÇADA (PONTO II).

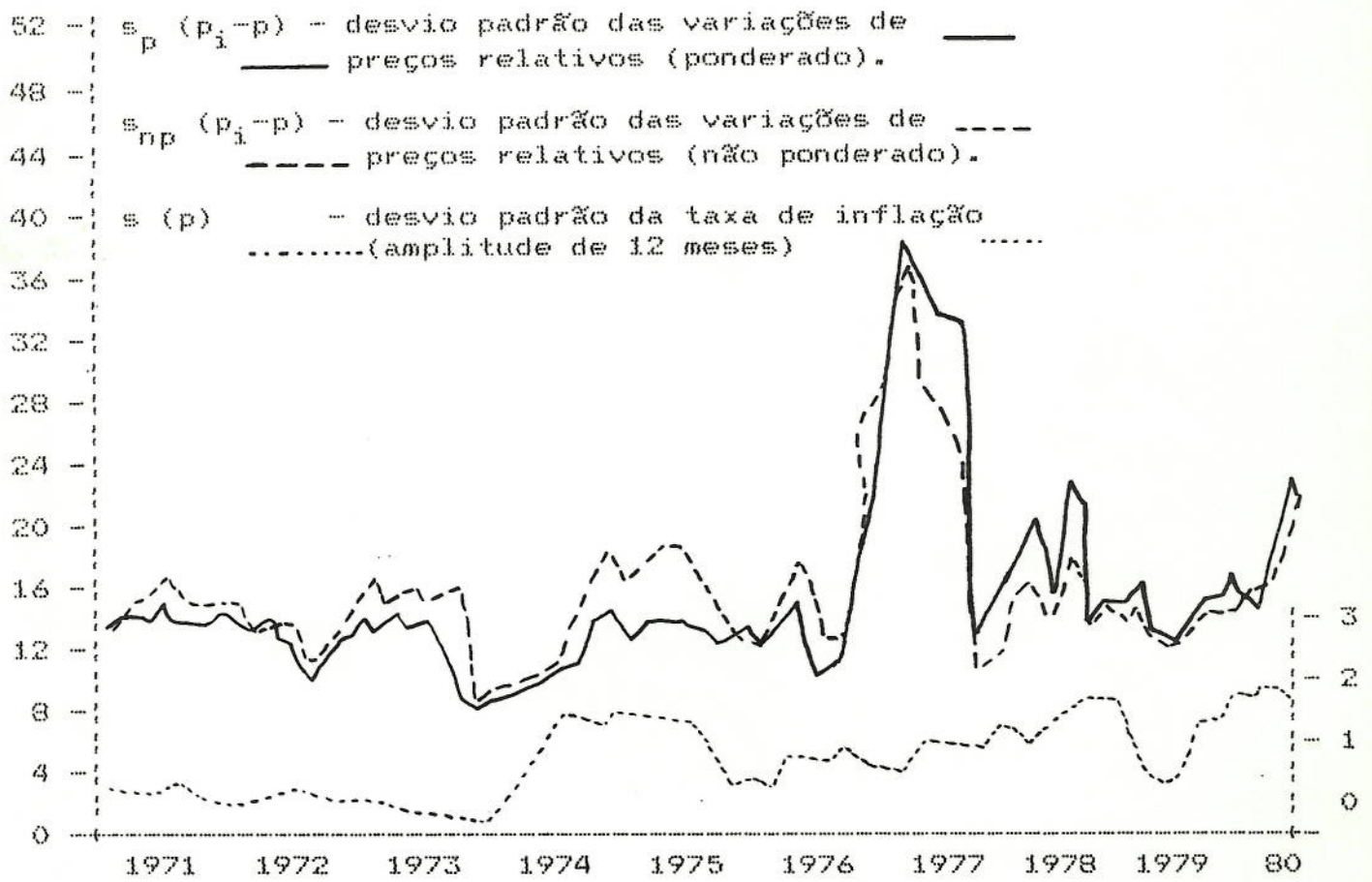
IN: KANDIR, A., PG. 71



IN: KANDIR, A. PG 77

GRAFICO 5

Medidas de Dispersão dos preços Relativos e da Taxa de Inflação



IN: SILVA, A.M. e KADOTA, D.K, PG.16

BIBLIOGRAFIA

- BACHA, E.L. " Moeda e conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil" texto para discussão, (FUC -RJ), Nº 181, 1987.
- BECKERMAN, P. " Recentes experiências heterodoxas de estabilização : Argentina, Israel e Brasil, 1985 - 1989. IN: FILHO M. S. (org.). Instabilidade econômica: Moeda e Finanças. Ed. Hucitec.
- BRESSER PEREIRA, L.C. e NAKANO, Y. Inflação e Recessão. Ed. Brasiliense, 1984.
- CONCEIÇÃO, Otávio A.C. " Plano Cruzado e Plano Bresser: Dois choques heterodoxos (des) semelhantes". Indicadores Econômicos RS, Porto Alegre, V 15, Nº 2: 13 - 21, 2º trim. 1987.
- KANDIR, Antonio. A dinâmica da inflação: Uma análise das relações entre inflação, fragilidade financeira do setor público,
- LOPES, F. L. O choque heterodoxo: Combate a Inflação e Reforma Monetária. Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1986.
- , " Novo Austral na Argentina ". texto para discussão, (FUC - RJ), Nº 104, 1985.

- LOPES, F. L. e REZENDE, A. L. " Proposta de desindexação."
Revista de Economia Política, vol.5, Nº 2, Abril - Junho,
1985.
- MARQUES, M.S. "O Plano Cruzado: Teoria e prática". Revista
de Economia Política, Vol. 8, nº 3, Julho - Setembro, 1988,
p. 101-109.
- MODIANO, E. M. "A Inflação e a Moeda Indexada". Texto para
discussão, (FUC-RJ), nº 99, 1985.
- , "Necessidade e dificuldade de um novo cruzado".
Texto para discussão, (FUC-RJ), nº 165, 1987.
- NERI, M. C. Inflação e Consumo: Modelos teóricos aplicados
ao imediato pós-cruzado. Prêmio BNDES, 1990.
- PAIVA, P. et. alii. Plano Cruzado: Ataque e Defesa.
Rio de Janeiro - Forense-Universitária, 1987.
- REGO, J. M. (org.) Inflação inercial, teorias sobre a
inflação e o plano cruzado. Ed. Paz e Terra
Rio de Janeiro, 1986.
- REZENDE, Fernando et. alii. "Aspectos da participação do
Governo na Economia". Rio de Janeiro, IPEA/INFES.

SALAMA, Pierre. "Câmbio, dolarização e competitividade".
In. Filho, M. S. (org). Instabilidade econômica: moeda e
Finança. Ed. Hucitec.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico.
São Paulo, Ed. Cortez: Autores Associados, 1990.

SILVA, A. M. e KADOTA, D.K. "Inflação e preços relativos".
Estudos Econômicos IPE/USP, Vol. 12, nº 01, 1982, p. 5-30.

SIMONSEN, M. H. Inflação: gradualismo x Tratamento de choque.
APEC - Rio de Janeiro, 1970.